

**A RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A SUBJETIVAÇÃO DO NEOSSUJEITO NA
EDUCAÇÃO**

**NEOLIBERAL RATIONALITY AND SUBJECTIVITY OF THE NEO-SUBJECT IN
EDUCATION**

**LA RACIONALIDAD NEOLIBERAL Y SUBJETIVACIÓN DEL NEOSUJETO EN LA
EDUCACIÓN**

BETLINSKI, Carlos
carlosbetlinski@ufla.br
UFLA – Universidade Federal de Lavras
<https://orcid.org/0000-0003-1747-466X>

KALOCZI, Juliana da Silva Lopes
juliananepre@hotmail.com
UFLA - Universidade Federal de Lavras
<https://orcid.org/0000-0003-0750-6031>

RESUMO O presente artigo é resultado de pesquisa qualitativa sobre o tema da racionalidade neoliberal na educação. As obras bibliográficas *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* de Christian Laval e Pierre Dardot (2016) e *A hermenêutica do sujeito* de Michel Foucault (2004) permitiram responder ao seguinte problema investigativo: que fundamentos a racionalidade neoliberal propõe para a constituição de neossujeitos no contexto da educação escolar? Os objetivos propostos foram a caracterização de um novo modelo de sujeito criado a partir do surgimento da corrente político-econômica conhecida como neoliberal e a identificação de comportamentos e atitudes desse neossujeito no interior da instituição educacional que se configura como empresa. Concluiu-se que a educação escolar vem sendo orientada por essa nova racionalidade que adota dispositivos e mecanismos direcionados para a subjetivação dos neossujeitos de acordo com as perspectivas do totalitarismo de mercado.

Palavras-chave: Racionalidade técnica. Educação. Lógica mercadológica.

ABSTRACT This article is the result of qualitative research on the subject of neoliberal rationality in education. The bibliographic worked - *The new way of the world: on neoliberal society* by Christian Laval and Pierre Dardot (2016) and *The hermeneutics of the subject* by Michel Foucault (2004) allowed answering the following investigative problem: what foundations does neoliberal rationality propose for the constitution of neo-subjects in the context of school education? The proposed objectives were the characterization of a new subject model created from the emergence of the political-economic current known as neoliberal and the identification of behaviors and attitudes of this neo-subject within the educational institution that is configured as a company. It

was concluded that school education has been guided by this new rationality that adopts devices and mechanisms aimed at the subjectivation of neo-subjects according to the perspectives of market totalitarianism.

Keywords: Technical rationality. Education. Marketing logic.

RESUMEN Este artículo es el resultado de una investigación cualitativa sobre el tema de la racionalidad neoliberal en la educación. Los trabajos bibliográficos *La nueva razón del mundo: ensayo sobre la sociedad neoliberal* de Christian Laval y Pierre Dardot (2016) y *La hermenéutica del sujeto* de Michel Foucault (2004) permitieron responder al siguiente problema de investigación: ¿qué fundamentos propone la racionalidad neoliberal para la constitución de neosujetos en el contexto de la educación escolar? Los objetivos propuestos fueron la caracterización de un nuevo modelo de sujeto creado a partir del surgimiento de la corriente político-económica conocida como neoliberal y la identificación de comportamientos y actitudes de este neosujeto dentro de la institución educativa que se configura como empresa. Se concluyó que la educación escolar ha sido guiada por esta nueva racionalidad que adopta dispositivos y mecanismos tendientes a la subjetivación de los neosujetos según las perspectivas del totalitarismo de mercado.

Palabras clave: Racionalidad técnica. Educación. Lógica de mercadotecnia.

1 INTRODUÇÃO

É incontestável que a escola tem como papel fundamental a disseminação de conhecimentos científicos e a formação das pessoas em suas diversas dimensões: psicomotora, social, ética e política. O espaço e o tempo de escolarização oportunizam aos estudantes experiências formativas capazes de promover a criatividade e, por meio de conhecimentos científicos, filosóficos e tecnológicos é possível conhecer a sociedade na qual atuarão como sujeitos ativos. A escola cumpre a função de apresentar o mundo para que a nova geração possa vislumbrar demandas novas de sociabilidade, a partir de critérios e valores necessários à vida comum e à dignidade humana.

Entretanto, através do surgimento e desenvolvimento da racionalidade neoliberal, na contemporaneidade, o processo formativo intelectual, social e sentimental dos sujeitos modifica-se radicalmente. As dimensões aludidas vão perdendo seu grau de importância, e dando lugar de centralidade à racionalidade



técnica que torna o sujeito, em tese, mais “autônomo” e “livre”, através de uma lógica de produção assentada no empreendedorismo e na concorrência.

Compreende-se, que o mundo globalizado, tecnológico e mercadológico, da rapidez, da rentabilidade e da eficiência é fruto de uma nova forma de se viver em sociedade, centrada na racionalidade neoliberal, como postulam os pensadores franceses Pierre Dardot e Christian Laval, em sua obra “*A Nova razão do mundo-ensaio sobre a sociedade neoliberal*” (2016). Além deste aporte teórico também nos apoiamos na “*A hermenêutica do sujeito*” de Michel Foucault (2004) como principais referências para a investigação bibliográfica realizada. Neste sentido, tomamos como ponto de partida o surgimento do movimento neoliberal, para então inferirmos que as instituições de ensino e os sistemas educacionais estão se configurando, atualmente, em organizações praticantes dos mesmos valores desse paradigma econômico e social.

A questão problema que guiará nossa discussão é: que fundamentos a racionalidade neoliberal propõe para a constituição de neossujeitos no contexto da educação escolar? Além da crítica ao processo educacional estruturado pelo mercado nos moldes de empresa, os objetivos específicos deste trabalho são: fazer a caracterização de um novo modelo de sujeito criado a partir do surgimento da corrente político-econômica conhecida como neoliberal e a identificação de comportamentos e atitudes desse neossujeito no interior da instituição educacional que se configura como empresa.

Situados em um contexto de produtividade e competitividade constante, a questão é pensar não apenas em imposições externas aos espaços educativos e as práticas pedagógicas, ou seja, em determinações do modelo capitalista de produção que as instituições recebem de instâncias superiores que precisam seguir, mas também, em como, no interior dessas instituições e nas práticas desempenhadas, isso ocorre, através da modificação de sentimentos e relações entre os próprios sujeitos que constituem esse meio e entre o sujeito e o conhecimento. Como e por quais motivos o neoliberalismo cria um modelo de sujeito? Quais influências a racionalidade neoliberal exerce sobre o campo da educação escolar?

Estes são alguns dos questionamentos que fizemos durante nossa pesquisa e, para abordá-los neste trabalho, organizamos o texto em duas partes: Em um primeiro momento evidenciamos o nascimento do que hoje chamamos de neoliberalismo de modo que compreendamos qual a filosofia empregada e legitimada por seus defensores e como a racionalidade neoliberal trans(forma) o homem, na medida em que não se trata, unicamente, de uma forma de ordenamento econômico, mas de uma nova condição de vida, uma nova razão destinada a um novo homem. E, no segundo momento, discorreremos a respeito desse novo modelo de vida e suas dimensões nas instituições de ensino e o impacto gerado por essa lógica normativa.

2 RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A CONSTITUIÇÃO DE UM NOVO SUJEITO

Não sendo um movimento consensual, o liberalismo – movimento que defendia a educação de massas voltada para adaptação ao espírito do capitalismo, menos interferências das opiniões públicas, e a ideia de que a função do Estado se limitasse a criar regras de regulação do funcionamento do mercado apresentava tensões e embates de ideias em seu interior. De um lado estava a corrente dos defensores partidários da liberdade individual e livre concorrência como fins absolutos, em que a mão invisível do mercado trataria de organizar, e de outro, a corrente dos chamados reformistas que apresentava certa sensibilidade social, que também eram liberais, mas que defendiam um ideal de bem comum. Cada qual defendendo perspectivas divergentes acerca de alguns dogmas do pensamento liberal em meados do século XIX, quais sejam: “O direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada e as virtudes do equilíbrio de mercado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 37).

Em decorrência da crise interna resultante desse desacordo, surge, por volta da primeira metade do século XX, o que chamamos hoje de neoliberalismo, que teria como circunstância fundadora o colóquio de Walter Lippmann, ocasião em que se reuniram grandes intelectuais, filósofos e economistas, alguns alinhados, objetivamente, a lógica que está sendo defendida, qual seja a continuidade do liberalismo nos moldes em que se apresentava e outros que discutiam sobre as tendências e resultantes do que está sendo ponderado, para se pensar em uma

possível reinvenção do liberalismo. O colóquio ocorreu em Paris no ano de 1938, e se preocupou, em grande medida, com o combate da escalada do coletivismo, visto como ameaça juntamente com o planismo, totalitarismo e toda reforma que visasse à redistribuição de renda e a proteção social, realizando assim, uma verificação das fragilidades do liberalismo clássico.

Para Lippmann, que pretende defender as correções de rota do liberalismo e justificar o neoliberalismo, o coletivismo seria uma *contrarrevolução* (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 89), considerando que o que realmente teria força em uma revolução seria a economia capitalista comercial ganhando destaque, pois, seria ela que gerenciaria a divisão do trabalho. Neste sentido, o neoliberalismo não seria considerado apenas como um conjunto de convicções, mas como sendo a única filosofia que garantiria a adaptação dos homens e das instituições ao modelo concorrencial capitalista, e isso seria histórico, uma vez iniciado esse movimento não seria possível desconstruí-lo, apenas adaptar-se a esse modelo de funcionamento que o controla.

A palavra mais importante na reflexão de Lippmann é adaptação. A agenda do neoliberalismo é guiada pela necessidade de uma adaptação permanente dos homens e das instituições a uma ordem econômica intrinsecamente variável, baseada numa concorrência generalizada e sem trégua. A política neoliberal é requerida para favorecer esse funcionamento, combatendo os privilégios, os monopólios e os rentistas. Ela visa a criar e preservar as condições de funcionamento do sistema concorrencial (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 89).

Seguindo esse sistema, quando não ocorre um equilíbrio entre a história social do sujeito e sua vida econômica, isso traz conflitos e posturas reativas. O homem que não consegue estabelecer esse comedimento tende, por vezes, a se revoltar contra o Estado ou renunciar sua colocação no mundo, não vendo sentido em sua existência. Nesta esfera, o neoliberalismo seria a versão atualizada do liberalismo clássico, mas corrigida algumas das “desgraças” apontadas pelos defensores dogmáticos, momento em que se considera que o mercado deve ser completamente livre e a concorrência implacável.

É preciso compreender, portanto, que o neoliberalismo não é, estritamente, uma doutrina econômica nem ideológica, é uma nova racionalidade no mundo, uma

nova forma de nos organizarmos, seja na esfera privada ou enquanto membros de um Estado que também se reorganiza a partir de novos preceitos.

[...] essa razão é global, nos dois sentidos que pode ter o termo: é “mundial”, no sentido de que vale de imediato para o mundo todo; e, ademais, longe de limitar-se à esfera econômica, tende à totalização, isto é, a “fazer o mundo” por seu poder de integração de todas as dimensões da existência humana. Razão do mundo, mas ao mesmo tempo uma “razão mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16, grifos dos autores).

As práticas discursivas do século XX nos permitem compor a figura do homem-empresa ou “sujeito empresarial”, situação em que se cria, de forma veloz, sanções, estímulos e comprometimentos que têm o efeito de produzir funcionamentos psíquicos de um novo tipo, um devir-outro do sujeito (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322). O homem neoliberal é o homem competitivo. Ele acredita que goza de todas as suas faculdades naturais, do livre exercício de sua razão e vontade, de uma autonomia irreduzível, ao passo que continua sendo apenas parte do que movimenta o motor dessa atual configuração de economia política, e essa é a contrariedade marcante nesse movimento, em que a existência de uma falsa sensação de liberdade, ou melhor, essa errônea noção de emancipação se torna uma nova forma de escravidão.

É preciso que se esclareça que o homem não se converteu a esse novo estilo de vida mercantil de forma voluntária e considerando todos os riscos. Era preciso, para a efetividade desse novo modelo de sociedade, que se introduzisse tipos de educação da mente e controle do corpo, desenvolvendo um homem trabalhador produtivo, apto a participar ativamente e fazer avivar o grande circuito da produção e do consumo. Realizando esse processo de direcionamento da vontade humana fica claro que: O poder não emana de um centro, de uma vontade soberana, mas torna-se legislação indireta que conduz interesses (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 325). Em outras palavras, não se obedece a alguém ou a uma instituição, mas a um desejo de produção, de competição e de se tornar superior, comparando-se sempre aos demais sujeitos que participam desse mesmo processo. Obedece-se a uma nova concepção de vida, imposta e consentida por nós.

É neste contexto que se faz possível perceber a constituição do sujeito neoliberal, o “neossujeito” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327). O poder não age apenas

através das disciplinas de adestramento dos corpos, mas fazendo o trabalhador acreditar que ele é o protagonista de sua vida profissional. Sua subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Trata-se de reconhecer no homem, o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. O alvo do novo poder é a vontade de realização pessoal do indivíduo, interesse no qual, veremos adiante, existir certo desacordo, à medida que não se fala de sujeitos individuais e, sim, de colaboradores da empresa. É factível, dessa forma, vislumbrarmos a contradição dessa formação de homens, visto que se pretende o afastamento do sentimento de alienação, mas a técnica utilizada chega ao cúmulo da alienação já que o sujeito obedecerá, nesse momento, ao “desejo” que lhe foi instaurado, será alienado e comandado por sua própria consciência, será escravo de si mesmo. Nesse viés, o neoliberalismo admite a necessidade da intervenção estatal, mas opõe-se a qualquer manobra que dificulte a concorrência entre os interesses/desejos privados. A respeito dessa reorganização, os autores realizam um paralelo com a teoria darwinista de seleção natural (DARWIN, 2009), em que as espécies mais fortes sobrevivem¹, ao refletirem que:

É claro que aquele que não quiser obedecer a essa “regra do jogo” deve ser entregue à própria sorte, mas aquele que participa do jogo não pode perder [...] Não se trata mais de uma lógica de promoção geral, mas de um processo de eliminação seletiva. Esse modelo não faz mais da troca um meio de se fortalecer, de melhorar; ele faz dela uma prova constante de confronto e sobrevivência. A concorrência não é considerada, então, como na economia ortodoxa, clássica ou neoclássica, uma condição para o bom funcionamento das trocas no mercado; ela é a lei implacável da vida e o mecanismo do progresso por eliminação dos mais fracos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 53, grifo dos autores).

Portanto, quem concorre e tem sucesso é um empreendedor, e quem não consegue se adaptar a essa nova forma de vida, deve ser deixado à própria sorte,

¹ Será evidente que a concorrência é, como luta entre rivais, o motor do progresso das sociedades e que todo entrave que se coloca a ele, em particular pelo amparo às empresas, aos indivíduos ou mesmo aos países mais fracos, deve ser considerado um obstáculo à marcha contínua da vida. Infelizes dos vencidos na competição econômica! O tão mal denominado “darwinismo social” está mais para um “concorrencialismo social”. (DARDOT; LAVAL, 2016).

pois não se apresenta como alguém capaz de adequar-se às novas regras impostas pela realidade. Nesse contexto de competição, não se consideram as exceções, se faz imprescindível à adaptação. A dinâmica imposta conduz todos a entrarem em uma lógica concorrencial acelerada.

O neoliberalismo faz da concorrência o princípio da vida social e individual, além do mercado, ele pauta a cultura, economia e a educação, induzindo-as para atender as exigências neoliberais, fazendo com que todos os setores e pessoas funcionem como empresas. Essa lógica, como vista, não está atrelada apenas aos modos de produção e mercado, e sim, com a configuração de um novo sujeito, transmutando nossa forma de viver e de nos relacionarmos.

Frente às novas conjunturas, no que tange a essa racionalidade social contemporânea, muito se tem aludido sobre o total comprometimento e desempenho dos sujeitos com relação a seu ingresso e permanência no mercado de trabalho, através de sua competência e diligência, de tal forma que

Se essa ética neoliberal do eu não se restringe aos limites da empresa, e não só porque o ser bem-sucedido na carreira confunde-se com o ser bem-sucedido na vida, mas ainda mais fundamentalmente, porque a gestão moderna tenta aliciar as subjetividades com a ajuda de controles e avaliações (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 338).

O controle e a avaliação funcionam como mecanismos de restrições e evidenciam o aspecto neoliberal de gerência do capital humano. Impõe-se a necessidade de um desempenho melhor e de forma constante, tanto na vida profissional quanto na vida particular, uma vez que essas já não se encontram em polos opostos. Essa nova consciência perpassa e modifica também, e em grande medida, o caráter humano, distanciando o sujeito de sua subjetividade, enquadrando-o como ser no mundo em padrões estipulados pelo próprio mercado². Somos, portanto, e ao mesmo tempo, empresa, capital e produto: empresa: quando bem-sucedido na vida profissional somos também bem-sucedidos na vida pessoal; capital:

² “Há quase um terço de século, essa norma de vida [neoliberal] rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade. [...] Ora sob seu aspecto social ora sob seu aspecto subjetivo (o surgimento de um novo sujeito, o desenvolvimento de novas patologias psíquicas). Tudo isso são dimensões complementares da nova razão do mundo” (DARDOT; LAVA, 2016, p.16).

o responsável por fazer a empresa, em seu sentido geral, se desenvolver; e produto: ao compreendermos que somos mais uma empresa que concorre com outras, somos mais um item na prateleira, que o mercado pode fazer bom uso ou descartar.

Ao considerar a conduta dos neossujeitos, em alguns momentos a sua devoção ou as técnicas das ascetes, ou seja, os exercícios espirituais utilizados na vida privada são agora empregados também no meio empresarial no contexto neoliberal. As técnicas que ditam, por exemplo, como se deve falar, vestir, se relacionar, modificando a personalidade de cada um, e condicionando o modo de vida a uma constante competitividade e concepção empresarial de si mesmo.

Os exercícios, mentais e físicos, que se destinam à criação de uma subjetividade e cuidado de si, fazem parte de um tema que vem sendo tratado há vários séculos, e por vários pensadores, sobretudo por Foucault (2004, p. 400) que realiza uma viagem a filosofia antiga e destaca que a ascese “[...] trata-se de dotar-se de algo que não se tem, de algo que não se possui por natureza” ou seja, diz respeito a produzir uma relação adequada consigo mesmo, no processo de constituição, o que interfere no governo de si. “Foucault ampliou a análise estabelecendo que certo governo de si, certa subjetivação, era a própria condição para o exercício de um governo político e religioso.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 338). Portanto, apesar de não ser esse o foco de Foucault (2004), mas que nos permite a realização do paralelo, esse conjunto de práticas, deslocado para o estágio atual, se mostra primordial no que diz respeito também ao gerenciamento empresarial, de si e de outros em um mesmo espaço econômico e social.

Se de um lado temos essa concepção de técnicas para o autocontrole do corpo e da mente com o objetivo de conseguir se conhecer enquanto sujeito e desenvolver o governo de si, por outro lado, compreendemos que a partir do momento que o sujeito se enxerga enquanto parte indissociável da empresa já não existe mais, estritamente, o governo de si para si, pois, o homem está tão envolvido com seu trabalho que agora, sujeito e empresa se unificam, demandando um esforço árduo, altamente competitivo ao qual podemos denominar de “homem empresarial”. Portanto, o autogerenciamento do corpo e da mente já não diz respeito apenas, e com finalidade, o bem-estar do homem, mas sim voltado para a ideia de um bem-estar em função de uma maior

produtividade. “Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que exige que ele cumpra” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

Essas técnicas de direcionamento humano visam o desenvolvimento da capacidade de produção do sujeito e, essa demanda culmina em extrema pressão e constante cobrança da entrega intensa desses novos sujeitos. O que deveria servir para qualificar o humano acaba por retirar sua humanidade, subjetividade e saúde. Inseridos em um âmbito de racionalidade, de predomínio da técnica, os sujeitos adoecem justamente por essa ininterrupta corrida pelo e para o capital, e as técnicas que surgem são para substituir as ascetes de si mesmo, na tentativa de fazer com que o indivíduo consiga administrar seus problemas e continuar produzindo.

À vista disso, essas técnicas visam o estímulo e fortalecimento para que se continue operando, observa-se que não é, de forma integral, um bem que tem como fim último o sujeito, mas sim a empresa. Não estamos dizendo que tais técnicas sejam ruins, mas elas começam a ser utilizadas, com mais veemência, em um período de concorrência mundial em que é necessário continuar promovendo resultados, e esses métodos surgem como mecanismos de mudança. Em suma, essas técnicas são ferramentas estratégicas que visam, através de metodologias da esfera psicológica e ética, o aperfeiçoamento humano em prol da empresa. Se a empresa vai bem, o sujeito vai bem, mas esse aperfeiçoamento e o cuidado de si mesmo se encontram em uma segunda instância, pois o primordial é o constante trabalho e melhoria da conduta enquanto sujeito-empresa.

Encontrando-nos nesta condição de gerir a alma, aos chefes já não compete mais a missão de impor, de exigir, cabe-lhes somente a verificação e incentivo, pois a cobrança se dará em nossa própria consciência, tamanha a necessidade e exigência em permanecer e sobreviver no e para o mercado, “já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 345). Daí o caráter de alienação que mencionamos anteriormente neste mesmo tópico. Assim, é retirado do Estado toda a responsabilidade pelos riscos enfrentados, deslocando-os para as empresas de si, o que gera uma vida cada vez mais solitária e orientada unicamente em função da competição e do trabalho, gerando, por vezes, doenças

decorrentes do estresse, da autocobrança e da produção em excesso, um movimento difícil de ser interrompido.

Já não se fala a respeito do sujeito, de seu mundo particular, e de sua subjetividade, mas de um sujeito empresarial e diligente, fazendo assumir que o homem é o seu trabalho, que ele se entende como uma empresa. Dessa maneira, com a unificação de esferas particular e profissional, a governamentalidade empresarial desloca toda e qualquer responsabilidade do Estado para o sujeito, incluindo questões econômicas concretas, engendrando a ideologia de que ser bem-sucedido ou malsucedido é relativo apenas ao esforço, ou a falta dele, as escolhas de percursos, única e exclusivamente de cada um, bem como o gerenciamento dos riscos que surgem ao longo da jornada. É preciso, à vista disso, segundo essa nova lógica social, ser um empreendedor perspicaz na criação de estratégias para encarar esses riscos inevitáveis. Inclusive, somos, a todo momento, influenciados a nos tornarmos parte da massa que tem renda incerta, a classe dos empreendedores que não tem medo de se arriscar, passando de dominados e passivos para ativos e destemidos dentro do mercado, cedendo a imposição de um novo estilo de vida.

Essa nova forma de encarar a realidade afasta, cada vez mais, o sujeito da esfera coletiva que o circula e, por serem escolhas individuais, cabe a cada um enfrentar e resolver sozinho os riscos e problemas, afinal, os outros “concorrentes” estão, também, preocupados com seus próprios riscos individuais e seus sucessos.

3 O “NEOSSUJEITO” NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Não há como analisarmos a educação atual sem ponderarmos sobre as questões integrantes do mundo político-econômico, sem pensarmos, por exemplo, em instâncias e mecanismos de gerenciamento que direcionam alunos, professores e gestores escolares em suas respectivas funções no que concerne às práticas pedagógicas.

No que tange ao cenário educacional atual, mediante ao recorte sobre o qual nos debruçamos neste trabalho, conseguimos observar os arranjos mercadológicos presentes nos sistemas de avaliações que se dão em larga escala, a supervalorização



de *rankings*, padronizações de currículos e metodologias pelos sistemas educacionais, pressão por publicações de artigos científicos, entre outros processos que consideram, exclusivamente, a dimensão quantitativa dos produtos e não a qualidade social do que se produz. Trata-se, portanto, de uma lógica normativa, “uma racionalidade neoliberal”, em que o modelo empresarial começa a tomar forma e a ganhar um espaço considerável no seio da sociedade, e conseqüentemente, da própria educação escolar orientada para a produtividade e resultados numéricos e propagação ideológica dos processos educativos.

Por meio da implementação dessa lógica neoliberal que, para além de orientações políticas e econômicas, estabelece normas de vida e de interações em sociedade, o neossujeito acaba por reconfigurar sua subjetividade, com princípios morais, ideais e afetividades, estabelecendo uma nova forma de interagir com as demais pessoas, com a instituição escolar e até mesmo atribuir outro sentido à educação, aceitando e validando os preceitos estipulados pelo mercado.

Ao legitimar e se adequar aos mecanismos mercadológicos, as entidades de ensino assumem outras estratégias a respeito das práticas educativas. O processo educacional visto até há pouco como uma prática de desenvolvimento subjetivo em sua dialeticidade com social, deixa de lado o caráter ativo e problematizador de todos os atores que constituem essa prática humanizadora, e dá lugar a uma educação restrita, única e direcionada por fundamentos da razão neoliberal. Omite-se o fazer democrático que é, ou, ao menos, deveria ser, o sustentáculo da educação, desconsiderando individualidades, pluralidades de formas de aprender e de ensinar, sobretudo, a ética, a política e as artes, traços fundamentais para a formação cultural e integral do cidadão. Estabelecem-se assim, diretrizes que menosprezam as lutas e estudos incansáveis que vêm sendo realizados ao longo de séculos em prol da educação enquanto direito fundamental e enquanto instrumento de emancipação e transformação da sociedade.

Nesse processo já não se tem como fim último o conhecimento e seu potencial de esclarecimento e emancipação, mas a incessante necessidade de uma melhor classificação, de melhor colocação frente aos demais adversários e de mais prestígio no mercado de trabalho. O que se nota é um sistema de concorrência que obriga cada



um a fazer parte da massa, gerando um capital rentável para o mercado de trabalho, centrado no empreendedorismo e na competitividade exigidos de cada sujeito-empresa. E assim, através da concepção de cultura empresarial estabelecida dentro das escolas, os sistemas de avaliações oficiais tornam-se, gradativamente, a principal ferramenta de orientação da conduta e estímulo ao bom desempenho, cujo efeito é uma subjetivação contábil. Isto é, os sujeitos e instituições educativas aceitam serem julgados, enaltecidos e até mesmo punidos, com base nos resultados desses exames, que no fundo funcionam como mecanismo de validação de suas competências.

O neoliberalismo desloca a gestão do processo de ensino-aprendizagem para um modelo de mercado direcionado para o desenvolvimento de habilidades práticas que poderão gerar lucros a partir da negociação no livre mercado. Surge uma instituição educativa que responde aos problemas empresariais, sempre alinhadas à questão do capital, um capital humano, produzindo professores e alunos em série, padronizados como em linhas de montagem de uma fábrica.

Nesta perspectiva, a instituição educativa assume a forma da empresa quando se dedica, acima de tudo, em favor de atender as demandas do mercado de trabalho, quando elimina componentes curriculares que desenvolvem a criticidade, emancipação, sociabilidade democrática e quando assente e normatiza as diretrizes de competição, eficiência e sucesso nos resultados quantitativos, estabelecidas pela lógica de mercado. Esses novos fundamentos e instrumentos educacionais se tornam valorosos para o Estado neoliberal na construção de neossujeitos.

Questões a respeito da esfera da sociabilidade democrática estão à sombra, ocorre um enfraquecimento intelectual dos gestores e educadores, uma vez que são excessivamente atarefados por mecanismos de controle burocrático de seu trabalho. Atribui-se uma relevância extrema, especificamente, para o conhecimento prático, e podemos confirmar isso observando as recentes reformas educacionais brasileiras que apresentam uma ótica totalitarista de mercado. Como por exemplo, temos a implementação da lei de Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) que transforma toda a educação brasileira.

O Novo Ensino Médio, proposto em 2017, uma amostra da implementação da lógica neoliberal no contexto da educação, visa, entre outras temáticas, o aumento da

carga horária e permanência do estudante nas escolas, a contratação de profissionais sem diplomas nas áreas que pretendem lecionar e uma nova organização curricular que dá enfoque para a formação técnica e profissional. A reestruturação tem também como objetivo evidenciar o protagonismo do jovem, ao “conferir” a ele a flexibilização e sensação de escolha quanto ao itinerário formativo no qual ele pretende se aprofundar.

Contudo, quando se analisa a proposta com um pouco mais de cautela percebe-se que ela está eivada de valores mercadológicos que a distanciam de uma perspectiva de educação integral e humanizadora. Ela apenas propaga uma falsa ideia de autonomia ao prever a possibilidade de selecionar os itinerários e conteúdos que se quer aprender. Além disso, é preciso considerar que muitas escolas não terão professores e recursos suficientes para ampliar as opções de escolhas desses alunos e garantir que seus interesses sejam atendidos a contento.

O discurso neoliberal, dessa forma, não considera a realidade existente no Brasil, haja vista, que não considera a desigualdade social que assola a sociedade em que vivemos e o fato de não existir um ponto de partida comum a todos os educandos para uma competição justa.

Outro ponto que exige atenção é o fato de organizar o currículo de modo a privilegiar apenas cinco áreas: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional. Desprezar os processos formativos a partir de disciplinas como educação física, artes, filosofia e sociologia é, notoriamente, um mecanismo para se produzir mais trabalhadores com formação técnica e direcionada para o pragmatismo e utilidade do sistema capitalista. Focando demasiadamente na relação formação-trabalho é retirado desses estudantes a oportunidade de conciliar a dimensão técnica, a qual consideramos indispensável, com um ensino que fale sobre si mesmo, sobre a alteridade, sobre o meio em que vivem e sobre as possibilidades imensuráveis de se ler e transformar a realidade por meio das artes, da política, dos corpos não adaptados e docilizados.

A proposta de contratação de professores sem diplomas específicos nas áreas que irão lecionar, mas que demonstrem “notório saber” sobre o conteúdo, se mostra, antes de qualquer coisa, uma forma de desvalorização e de desrespeito com o



educador que investe tempo e dedicação ao longo de toda sua trajetória de formação. Formação que não ocorre somente por meio da certificação, mas se faz ao longo de sua experiência na carreira docente e em sua formação continuada.

Além disso, esse processo remete, novamente, a condição de competição, uma vez que o docente não concorrerá apenas com os profissionais de sua área, mas disputará seu lugar no mercado de trabalho com profissionais de outras esferas, que não tenham, necessariamente, a titulação específica para ministração da disciplina. Sabemos que essa prática é um problema para muitas escolas, mesmo antes de a reforma ser implementada. Em muitas instituições os docentes não ministram aulas em seus campos de formação, porém, com a institucionalização desse procedimento o que pode ocorrer, de forma alarmante, é a desvalorização das licenciaturas e a precarização do ensino com a conseqüente aceleração da educação tecnicista padronizada segundo a lógica do mercado.

É possível considerar, desta forma, a grande discrepância entre as reformas consideradas na teoria e a efetivação do que se propõe. Portanto, o que pode ser observado com essa proposta, um dos exemplos da implementação do caráter empresarial na educação, é que ela evidencia a reprodução da exclusão social, ao dificultar ainda mais o acesso a uma educação integral, da mesma maneira em que cria, cada vez mais cedo, novos sujeitos, gestores de si, para alimentar o sistema capitalista, através da incessante concorrência entre estudantes, agentes educadores e instituições escolares, na busca por desempenho, notoriedade e lucro.

Contudo, apesar de todas as críticas realizadas até o momento, podemos nos questionar se em alguma medida, o modelo de educação neoliberal não resultaria em um tipo de formação eficaz. Isto é, ao impulsionar esse processo competitivo não seria possível, ainda assim, educar? Um tipo de formação fértil não estaria adaptada a esse novo sistema de educação?

Para responder tal questionamento podemos considerar que hoje, na tensão dos debates em que vivemos, é comum colocarmos em polos opostos duas tendências: de um lado, o humanismo e, do outro lado, o tecnicismo, o que consideramos como uma visão equivocada, pois essas duas tendências são dois lados de uma mesma moeda. O que se observa nesse novo modelo de sociedade, a

respeito das instituições de ensino, é a defesa de escolas técnicas que formam pessoas adaptadas suficientemente para atender as necessidades do mercado. Neste sentido, preocupando-se exacerbadamente com uma formação tecnicista e empreendedora, temos a desvalorização de uma formação defendida desde a Paidéia grega³, que se preocupa com a perspectiva humana e a formação completa do cidadão, considerando a exploração de uma construção cordial, integradora, ética e imaginativa.

O conhecimento, a partir dessa perspectiva de formação neoliberal estaria, erroneamente, fragmentado entre o intelectual e o sensível, haja vista que, segundo a teoria do conhecimento da filosofia crítica de Kant (2001), o conhecimento, no que tange à relação sujeito e objeto, seria a totalidade destas duas dimensões; o entendimento e a sensibilidade, a dimensão instrumental, lógica, analítica, e a dimensão do cordial e do sensível, visando à multidimensionalidade de saberes. A formação integral, considerando o aperfeiçoamento de aspectos físicos, sociais, emocionais e culturais, reconhece as singularidades dos indivíduos ao resgatar suas identidades, aguça a capacidade e a sensibilidade de refletir sobre nossa realidade, e nosso papel enquanto participantes e operantes no meio social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber, durante esta pesquisa de abordagem qualitativa assentada no pensamento de Dardot & Laval (2016) em diálogo direto com a filosofia de Foucault (2004) que o neoliberalismo é uma realidade complexa, que modifica drasticamente a vida contemporânea, não é apenas uma forma de ordenamento econômico e político, mas uma nova condição para viver, uma nova razão para um novo homem. Trata-se de um momento histórico em que a economia, cultura, formas de subjetivação, universo jurídico e educativo, se unem para a ressignificação dos sujeitos, personagens estes que se (re)modelam e se (re)colocam no mundo, a partir

³ JAEGER, Werner. *Paideia: A formação do homem grego*. Tradução de Artur M. Parreira. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

do pressuposto de que cada um de nós se torne uma pequena empresa, e que tenha por essência, a competitividade. Constituiu-se uma nova racionalidade que permeia não só nosso trabalho, mas também nossas formas de falar, conviver, pensar, amar, entre tantas outras ações cotidianas.

Segundo a compreensão dos sociólogos franceses o “neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é fundamentalmente uma racionalidade, que tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas a conduta dos próprios governados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). E agora, com o advento dessa nova racionalidade técnica, as palavras de ordem são: privatização, concorrência e rentabilidade. Assim, os interesses privados acabam prevalecendo e o mandamento é o “cuida-te de ti mesmo” trazendo a ideia de devoção e de responsabilidade exclusiva do próprio sujeito que, segundo essa lógica, deve produzir, independentemente de quaisquer problemas; ou se é rentável, ou não deve permanecer na disputa pelo sucesso.

Respondendo à questão problema do início deste trabalho - que fundamentos a racionalidade neoliberal propõe para a constituição de neossujeitos no contexto da educação escolar? – Assumimos que as instituições de ensino, parte constituinte da sociabilidade, estão agora, segundo esse arranjo ideológico, se adequando às imposições do mercado em detrimento a uma educação integral e humanizadora, aquela que não padroniza, mas que considera o sujeito enquanto ser social e que garante o desenvolvimento da criticidade e da autonomia, promovendo formação cultural, capacidade para o diálogo e exercício da liberdade para todos. O próprio ato educativo, enquanto um processo humanizador, é um ato político, é um ato de responsabilidade e de amor à humanidade. E essa forma de educar só é completa ao se estabelecer equilíbrio entre as diversas instâncias do conhecimento que passa pela ciência, filosofia, artes e técnica em função da construção das subjetividades e da sociabilidade democrática.

Considerando a mobilização de possibilidades, conhecimentos e recursos que lutamos para alcançar diariamente no campo da educação, é problemático pensar os sujeitos, no processo de formação, dissociados do “eu indivíduo”. Isto pois, só é justificável pensar no educador e no educando, em suas potencialidades e

dificuldades, quando se considera todos os contextos e todas as características individuais, adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida. Ao saber pedagógico precede uma gama de saberes construídos através de observações e vivências que, inclusive, integra o saber pedagógico, portanto, é preciso que se considere essas experiências adquiridas.

Se tudo que vivemos constrói o que somos, assim também acontece com a lógica competitiva que nos é ensinada cotidianamente e cada vez mais cedo, a qual nos faz ponderar sobre a interferência da pseudoautonomia a que professores e alunos são submetidos, uma vez que, como vimos, a lógica do mercado age sobre a educação na construção do neossujeito, em mundo cada vez mais globalizado e competitivo. É preciso analisar os métodos educacionais que têm ganhado espaço atualmente – o pragmatismo do ensino, o tecnicismo, a expansão da Educação a Distância - EaD - e olhar criticamente para os rumos a que a prática do ensino se destina. Apesar do grande avanço na educação ainda existe um olhar estrutural que a vê como um produto e não como um processo. Logo, a grande reforma do neoliberalismo é a transformação da consciência do sujeito, desvinculando-o de sua história, fazendo-o adentrar cada vez mais no abismo da luta por produção de capital, de forma que, indiretamente, se esqueça, perca sua subjetividade e individualidade e se massifique.

Se por um lado, a racionalidade estética enxerga todos os envolvidos como parte do processo formativo, considerando a educação como direito para potencialização da vida, por outro lado, a concepção de governamentalidade empresarial tipifica os envolvidos como partes responsabilizadas pelo processo educativo, mas guiados por valores e mecanismos da empresa capitalista que visa à produtividade, lucro e concorrência destrutiva. Desse modo, configura-se uma educação instrumental, certificadora e direcionada para o cumprimento de metas, preparação dos sujeitos para o mercado de trabalho e empreendedorismo.

Portanto, de modo a rompermos com as formas de controle e vigilância, estabelecidas a partir do discurso neoliberal que atravessa a educação, e pensarmos nas escolas enquanto instituições sociais, atualizadas e comprometidas com a formação integral, precisamos considerar um processo de análise de ideias e ideais

que foram impostos a nós e adentrar em um novo caminho de relacionamento com quem somos, de forma ativa e crítica, exercendo práticas que descondicione comportamentos já internalizados, como a visão de sujeitos empreendedores de si e a competitividade enquanto uma disciplina pessoal. Propomos estudar modos de dar espaço à racionalidade estética que valoriza o ser humano em sua totalidade e que promove uma educação de viés humanista, considerando possibilidades múltiplas de expressão, construção e valorização do ser, que promove tanto a singularidade quanto a pluralidade, e faz com que os sujeitos despertem, se libertem e se descubram, tornando possível, desse modo, o desenvolvimento de suas potencialidades, viabilizando o desenvolvimento da consciência crítica na práxis, frente aos desafios do atual cenário educacional brasileiro.

CARLOS BETLINSKI

Doutor em Educação pela PUC/SP. Professor associado da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFLA.

JULIANA DA SILVA LOPES KALOCZI

Graduação em Filosofia. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras - UFLA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 13.415/2017. Reforma do Ensino Médio.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. 6. ed. Tradução de Ana Afonso. Leça da Palmeira, Portugal: Editora Planeta Vivo, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. Tradução Márcio Alves da Fonseca; Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 5. ed. Trad.: Manuela Pinto e Alexandre Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da educação*. Trad. Sérgio Milliet. 3. edição. Rio de Janeiro, DIFEL, Difusão Editorial S. A., 1979.

SMITH, Adam. *A Mão invisível*. São Paulo: Penguin — Companhia das Letras, 2017.



Recebido em: 31/01/2022.

Aprovado em: 01/03/2023.